



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE V N DE MILFONTES

ATA Nº 1/2019

Data da reunião ordinária: 29.04.2019

Início da reunião: 21:00 h

Fim da reunião: 00:25 h

Membros da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que comparecem à reunião:

Presidente: BRUNO RIBEIRO FERREIRA DOS REIS CABECINHA

Membros:

FILIPE MIGUEL DA SILVA GUERREIRO
GONÇALO NUNO SILVA FERREIRA ALVES ARAÚJO
MARIA DE DEUS FRIESA AMADOR
MARIA JOSÉ MARTINS GUERREIRO CHAVES
LÉNIA ISABEL INÁCIO LUÍS
CÉSAR CAETANO DA SILVA GONÇALVES

**Faltas: ANTÓNIO MIGUEL BANZA FRIEZA
ANDREIA CARINA GONÇALVES RAMOS**

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: BRUNO RIBEIRO FERREIRA DOS REIS CABECINHA

Cargo: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES

ATA NÚMERO UM

Aos vinte e nove dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezanove, teve lugar na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) – Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 27-12-2018;
- b) – Leitura do expediente;
- c) – Apreciação de assuntos de interesse para a freguesia.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) – Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apreciação;
- b) – Relatório de Gestão e Prestação de Contas, relativos ao ano de 2018, apreciação e deliberação;
- c) – Inventário dos bens da Junta de Freguesia, apreciação;
- d) – **3ª Modificação Orçamental**: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e 2ª Alteração ao PPI, apreciação e deliberação;
- e) - Designação de um membro da Assembleia de Freguesia para integrar a comissão local de toponímia;
- f) – Projeto de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas de Freguesia, apreciação e deliberação;

- g) - Projeto de Alteração ao Regulamento de Feiras e Mercados da Freguesia, apreciação e deliberação.

4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

ABERTURA DA SESSÃO

Pelas vinte e uma horas, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, e depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças: - Bruno Ribeiro Ferreira dos Reis Cabecinha, Gonçalo Nuno Silva Ferreira Alves Araújo, Filipe Miguel da Silva Guerreiro, Maria de Deus Friesa Amador, Maria José Martins Guerreiro Chaves, Lénia Isabel Inácio Luís e César Caetano da Silva Gonçalves.

E as seguintes ausências: - Andreia Carina Gonçalves Ramos e António Miguel Banza Gomes Frieza.

ORDEM DE TRABALHOS

1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: - Interveio o senhor Ventura Ramalho, que colocou as seguintes questões:

- Quantos trabalhadores precários tem a Junta de Freguesia, quantos funcionários andam a trabalhar na rua e o que andam a fazer;

- Se o protocolo com o Clube Desportivo para a limpeza e manutenção do campo de futebol está a ser cumprido;

-O que se passa com a fonte do jardim público;

- Se o OP da Freguesia/2017 já terminou e onde foi aplicada a respetiva verba;

- O que aconteceu em relação ao OP/2018;

- Em que ponto está o Plano de trânsito;

- O que vai acontecer ao rio Mira, tendo em conta que a obra de desassoreamento não correu totalmente bem;

- Se os carregadores de carros elétricos e o Wi-Fi, cujo equipamento está instalado há bastante tempo, têm data prevista para começarem a funcionar;

- Por que é que as luzes da iluminação pública acendem tão tarde.

O senhor Presidente da Junta respondeu que são cerca de nove os trabalhadores que andam nas ruas, dois fazem a recolha do lixo que fica junto aos contentores, a recolha de lixo nas praias, a praia do Malhão, por exemplo, tem sempre lixo, tapam buracos com alcatrão e às vezes, também, cortam ervas. Outros dois fazem a limpeza de ervas. Há três que limpam as ruas, varredura manual e com o aspirador e outros dois são jardineiros, que tentam manter os espaços ajardinados em ordem: manutenção e substituição dos equipamentos de rega, monda e corte de relva, acrescentou que os espaços verdes da vila, felizmente, aumentaram, por isso, no passado o problema não se colocava com tanta pertinência;

Quanto ao corte de ervas estamos a tentar resolver o problema mas as equipas são pequenas, acrescentou que estamos na primavera, e nesta altura do ano há mais ervas. Disse que já há bairros que estão limpos, outros estão à espera que as equipas passem, não é possível limpar todos em simultâneo. A nossa vila merecia mais e melhor, mas não temos meios;

No que se refere ao protocolo com o Clube Desportivo disse que a verba se destina à manutenção do espaço desportivo;

Em relação à fonte falta-lhe o robot, sem o qual os injetores disparam em simultâneo, implicando um grande desperdício de água, conseqüentemente pedi à Câmara que providenciasse o equipamento em falta, para que a fonte possa funcionar com o intervalo de jatos e faça o efeito visual para que foi concebida. Isto é responsabilidade da Câmara, eu fiz o que me compete, que foi alertar para o facto.

No tocante ao Orçamento Participativo/2017, já fizemos a instalação do sistema de rega automática em vários espaços, Pinhal do Moinho, Alagoachos, Bairro Quinta da Areia, agora, falta a Câmara colocar os pontos de água nos canteiros, para que possamos terminar o trabalho;

Relativamente ao Orçamento Participativo/2018, estamos à espera que o Clube Náutico do Litoral Alentejano nos diga os materiais que precisa, como sabem a proposta vencedora do OP da Freguesia visa reabilitar um barracão pertença do Município de Odemira, localizado no Parque de estacionamento novo, nas traseiras do bar " A Manjedoura", através da aquisição de material de construção e mobiliário, conforme consta da proposta " Canoagem na Vila". Portanto,

aguardamos que a entidade vencedora nos diga que materiais precisa e quais as quantidades, não cabe à Junta tomar tal decisão. Disse ainda, que já tinha contactado o Clube Náutico e que lhe tinham dito que estavam a arranjar equipa para fazer o projeto para a obra;

Quanto ao plano de trânsito está a ser implementado de acordo com aquilo que foi mostrado na reunião realizada na Casa do Povo e submetido a debate e apreciação pública;

O rio tem um problema de assoreamento, está à vista de toda a gente, é reconhecido que terá havido um erro técnico, e, neste momento, o que a Câmara fez foi lançar um projeto, que já foi a concurso, para o estudo da situação com a finalidade de ser tomada uma medida de correção;

Relativamente aos carregadores de carros elétricos e ao WI-FI, não são competência da Junta de Freguesia, no entanto, já alertei a Câmara inúmeras vezes;

Quanto ao facto de a iluminação pública acender muito tarde, já alertei diversos serviços da Câmara, tendo-me sido dito que o sistema é automático e que iriam proceder à correção.

Interveio a senhora Sara Serrão dizendo que no final do ano passado se dirigiu ao senhor Presidente da Junta de forma informal, queixando-se da gestão do lixo, não só na nesta freguesia, como em todo o concelho, o senhor Presidente sugeriu-lhe que apresentasse uma exposição escrita, que assim teria mais força e assim fez, informou os presentes que esteve numa reunião de Câmara este mês, onde apresentou uma reclamação formal com um conjunto de itens relacionados com o lixo e assinada por várias pessoas. Acrescentou que todos nós temos uma enorme responsabilidade na forma como lidamos com o próprio lixo, neste sentido, eu, juntamente com uma amiga, apresentamos uma proposta à Câmara para utilização dos Outdoors existentes no concelho para uma campanha de sensibilização;

Perguntou a razão de na rua em que a sua mãe mora existirem números de polícia idênticos, o que gera muita confusão na receção de correio;

Em relação ao mercado de Brunheiras, disse que é um mercado onde tem muito gosto em ir, mas o espetáculo que fica após o mercado é absolutamente lastimável, disse perceber que os meios escasseiam mas, acrescentou, não percebe o comportamento dos comerciantes. Perguntou se havia algum plano para obviar

esta situação e evitar que o espaço fique naquele estado calamitoso durante o fim de semana.

Para terminar, de forma positiva, disse que os canteiros que estão na urbanização Pinhal do Moinho estão espetaculares.

Em resposta, o senhor Presidente da Junta informou que traz para apreciação e aprovação, nesta sessão da Assembleia, o projeto de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas da freguesia bem como o projeto de alteração ao Regulamento de Feiras e Mercados, de forma a podermos introduzir alterações profundas na organização e funcionamento do mercado, de forma a terminarmos definitivamente com as situações descritas;

Quanto aos números de polícia, disse que alguns desses moradores devem desconhecer que houve alterações aos nomes de ruas e números de polícia e aconselhou a consulta do mapa das alterações para confirmarem os respetivos números;

Quanto ao lixo, o senhor presidente congratulou-se com a ação e disse esperar que a mesma tenha efeitos práticos.

Interveio o senhor Mário Feliciano que começou por informar que a Associação de Reformados e Idosos, de que é Presidente, tinha enviado uma carta à Junta e Assembleia de Freguesia dando conta de uma situação que se arrasta há anos e que tem a ver com o ruído provocado pelo funcionamento do bar “ A Manjedoura”, situação essa que se repetiu no passado dia 5 de janeiro. Acrescentou que no dia 4 de abril foi à sessão de Câmara onde apresentou uma carta de igual teor às que foram enviadas à Junta e Assembleia, alertando para o cumprimento da legislação em vigor, relativamente à lei do ruído, que é uma lei bem clara no que toca a estabelecimentos como hospitais e similares. Aquelas instalações albergam pessoas com problemas diversos, em que o ruído, sendo em demasia, vai afetar os doentes. No dia 5 de janeiro foi o transbordar do copo, o que se pretende com esta carta é que seja cumprida a lei.

Pedi, tanto ao órgão executivo como à Assembleia, que tomassem providências que fizessem cumprir esta legislação. A concessão de licença especial de ruído é expressamente proibida, junto a estabelecimentos hospitalares ou similares, o seu artigo 14º é muito clara nesse aspeto.

Em resposta o senhor Presidente da Junta, disse que em sua opinião o estabelecimento “ A Manjedoura”, dado a proximidade do Lar não deveria promover espetáculos ao vivo fora do recinto fechado, e que já havia manifestado a sua discordância, junto da Câmara, contudo, não é a Junta de Freguesa a entidade responsável, nem pelo licenciamento do estabelecimento nem pela emissão da licença especial de ruído.

Interveio o senhor Paulo Reis que fez uma intervenção relacionada com os imigrantes no nosso concelho e na nossa freguesia em particular, perguntou como é que a Junta está a lidar com esta situação, e esclareceu que não é xenófobo, nem racista. Manifestou indignação pela forma como vemos estas pessoas que nos procuram para trabalhar, muitas delas vivem em condições deploráveis, 30/40 numa casa concebida para uma família, tudo com a conivência das autoridades locais. Perguntou como é que a nível de segurança se controla um aumento de população deste nível, fala-se que estarão 15 mil imigrantes no nosso concelho, acrescentou, que por muitas estufas que haja, não são necessárias tantas pessoas, e nas pequenas amostras que se fizeram foram identificados cerca de 20 por cento de pessoas ilegais, e isso não é bom para ninguém, há zonas transformadas em guetos, há pessoas a serem exploradas por empresários oriundos dos seus próprios países, há muitas infraestruturas sem capacidade de resposta: saúde, segurança social e tribunal. Assiste-se a um aumento da construção clandestina, com a finalidade de alugar aos imigrantes e perguntou como é que as autoridades permitem uma coisa destas.

Em resposta o senhor Presidente disse que este é um problema que várias entidades, Assembleia Municipal, Comissão Municipal de Segurança, Juntas de Freguesia, CLAIM associações de empresas agrícolas andam a tentar resolver. Informou também, que tem dado conhecimento das condições de precaridade a nível habitacional em que estas pessoas vivem. Acrescentou, que o problema é a quantidade, se precisamos de mão de obra para a agricultura, então que se tragam as pessoas e lhes proporcionem condições dignas de trabalho, alojamento e saúde, senão, às tantas estamos a criar situações de exclusão social. Ninguém sabe ao certo quantos imigrantes estão aqui, nós sabemos os atestados que passamos, mas há muita gente que está em trânsito;

Handwritten signature and initials: A stylized signature above the initials "M/".

Informou ainda que havia sido criado um grupo de trabalho para produzir um relatório para enviar para o Governo e outras entidades envolvidas.

Interveio a senhora Vitalina Cruz, que se queixou dos problemas que as obras da Pólis lhe deixaram, sempre que chove a água de esgoto entra-lhe em casa, causando-lhe evidentes problemas, sem que até à data a Câmara ou a Pólis tenham resolvido a situação, em face disto, a senhora pediu ajuda para poder apresentar queixa a outras entidades, nomeadamente ao Delegado de Saúde, pois entende tratar-se de um problema de saúde pública.

Interveio a senhora Isália Cruz que deixou as seguintes notas de esclarecimento:

- Há mais de dois anos que existe um grupo de trabalho que envolve organizações de produtores e várias entidades oficiais, que estão a tentar chegar a um consenso sobre o alojamento dos trabalhadores nas quintas, para tirar a pressão das povoações;
- Quando os trabalhadores estão a morar nas quintas há controlo, das empresas, da entidade reguladora das condições do trabalho e do SEF, quando estão em casas particulares tal controlo não existe;
- Estamos a tentar legalizar os alojamentos agrícolas e a fazer contratação direta com os trabalhadores de forma a evitar as tais empresas de prestação de serviços;
- As empresas agrícolas estão muito cientes desta situação e estão a trabalhar em parceria com outras entidades para conseguir resolver a situação.

Em resposta o senhor Presidente disse que as Juntas de Freguesia têm consciência que uma das formas de resolver o problema é alojar os trabalhadores nas quintas e disse saber que há bons exemplos, há quintas que têm contentores habitacionais com todas as condições, o problema tem sido o ICNF e o Parque Natural que não autorizam a instalação dos contentores.

Interveio o senhor António João Ângelo que questionou o senhor Presidente da Junta sobre o andamento da obra de apoio à paragem rodoviária, no Pinhal do Moinho, nomeadamente quando recomeça, quando pensa estar finalizada e como vai ser ver adjudicação do "Café".

O senhor Presidente respondeu que quando se faz uma obra com os próprios meios é difícil ter uma previsão quanto ao seu termo. Quando estiver terminada e for aberto concurso para adjudicação do espaço de Café será feita a

publicitação pelos através dos canais habituais e com bastante antecedência, para que todos os interessados tenham tempo de preparar a sua candidatura.

Interveio o senhor João Saraiva, que começou por dizer que é membro da Comissão Municipal de Segurança e de seguida fez duas observações:

- Quanto ao número de imigrantes no concelho, se se juntarem o número de atestados de residência passados por todas as Juntas do concelho ficamos com uma ideia aproximada do número de imigrantes;
- Lamentou que as entradas principais da Vila se encontrem tão mal tratadas, sugeriu que se fizesse um arranjo que não implicasse jardinar ou regar;
- Informou que a iluminação pública é gerida pela Câmara Municipal de Odemira é a Câmara que diz à EDP para programar os relógios para determinada hora e esses relógios alteram-se conforme o cliente pede.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia dizendo que tinha deixado que o tempo de intervenção aberto ao público fosse ultrapassado, devido à pertinência dos temas tratados, terminou este ponto da ordem de trabalhos agradecendo a participação de todos.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a)- Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de dezembro de 2018 - Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares fotocopiados da ata em referência, que foram previamente entregues com a restante documentação para esta sessão, foi dispensada a respetiva leitura. Seguidamente, foi submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes sete deputados.

b) -Leitura do expediente – Foi presente um ofício da Assembleia Municipal de Odemira, informando que, o senhor Presidente da Junta justificou a falta à segunda reunião da sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2019, tendo sido substituído pela tesoureira, Eufémia Parreira.

Foi igualmente presente uma carta da Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes, sobre uma situação anormal de ruído, provocado pela bar“ A Manjedoura” e que o senhor Presidente da Assembleia leu na íntegra.

c)- Apreciação de assuntos de interesse para a freguesia: - Interveio o deputado Gonçalo Araújo, que retomou o assunto dos imigrantes, fazendo um apelo à população que tem casas para alugar, para que o façam de forma

controlada, senão vamos destruir o foco turístico que demorou tanto tempo a ser construído;

Em relação à “A Manjedoura”, manifestou a opinião que é um problema que tem de ser resolvido.

Interveio a deputada Lénia Luís que também se referiu à questão dos imigrantes, reconheceu que eles fazem falta, mas mostrou-se desconfortável com algumas situações que vivenciou.

A deputada Maria José Chaves disse, em relação aos imigrantes, que é um sinal dos tempos e de uma grande convulsão social.

Interveio o deputado César Gonçalves, dizendo, acerca das obras da Polis que as mesmas embelezaram mas não resolveram a questão de fundo, como a questão dos esgotos.

Em resposta o senhor Presidente informou que antes havia tubos ladrão que quando havia esgoto a mais dentro do sistema, este corria pelo tubo ladrão para o rio, neste momento isto não está a acontecer, o problema é o trabalho que deveria ter sido feito antes, há pluviais que estão a correr para dentro do esgoto doméstico e é necessário ir de casa a casa identificar e resolver o problema.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia, que em relação aos imigrantes disse partilhar muitas das preocupações que foram aqui manifestadas, acrescentou que se diaboliza a problemática entre imigrantes e agricultura e que estamos a pôr o ónus odioso nas empresas agrícolas, mas este problema, ultrapassa muito as empresas agrícolas, há muitos migrantes que não estão a trabalhar, estão aqui à espera de irem para outros países, e, há a genuína preocupação de muitas entidades em resolver a questão. Mas nós enquanto cidadãos também temos responsabilidades, quando temos conhecimento de situações ilegais, devemos denunciá-lo às entidades competentes.

A deputada Maria José Chaves, lembrou, a propósito da carta enviada pela Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes, que há uns anos atrás a Associação de Reformados organizou uns bailaricos, para angariação de fundos, e a foi forçada a terminar com esses bailes, que acabavam à uma da manhã, por isso não compreende porque é que uma festa que implica muitos decibéis a mais é licenciada.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

a)- Cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apreciação: - Foi presente o relatório de atividades da Junta de Freguesia, correspondente ao período de 27 de dezembro/2018 a 26 de abril/2019 e o resumo diário da tesouraria relativo ao dia 31 de março de 2019, tendo a Assembleia tomado o devido conhecimento e os quais ficam arquivados no maço de documentos correspondente à presente ata.

b)- Relatório de Gestão e Prestação de Contas, relativos ao ano de 2018, apreciação e deliberação: - O senhor Presidente prestou alguns esclarecimentos relativos ao Relatório e Prestação de Contas, relativos ao ano 2018, após o que os referidos documentos foram submetidos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade, quando estavam presentes sete deputados.

c)- Inventário dos bens da Junta de Freguesia, apreciação: - O documento foi apreciado sem que tenha havido qualquer intervenção dos membros da Assembleia.

d)- 3ª Modificação Orçamental:- 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e 2ª Alteração ao PPI, apreciação e deliberação: - Depois de apreciados foram os referidos documentos submetidos a votação tendo sido aprovados por unanimidade, quando estavam presentes sete deputados

e)- Designação de um membro da Assembleia de Freguesia para integrar a comissão local de toponímia:- O senhor Presidente da Assembleia propôs a deputada Maria José Martins Guerreiro Chaves, para integrar, em representação da Assembleia de Freguesia, a Comissão Local de Toponímia. Submetida a votação foi a proposta aprovada por unanimidade, quando estavam presentes sete deputados.

f) -Projeto de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas de Freguesia, apreciação e deliberação: - O senhor da Junta explicou aos presentes que a razão deste projeto de alteração visa equiparar as nossas taxas com as praticadas noutros mercados, procurando assim um equilíbrio entre a receita e os custos de funcionamento do mercado. Submetido a votação foi o projeto de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas da Freguesia, aprovado por maioria, com cinco votos a favor e duas abstenções, dos deputados César Caetano da Silva Gonçalves (PPD/PSD) e Maria José Martins Guerreiro Chaves (CDU).

g)- Projeto de Regulamento de Feiras e Mercados da Freguesia, apreciação e deliberação: - O senhor Presidente da Junta explicou que este Regulamento de Feiras e Mercados visa criar os instrumentos legais que permitam disciplinar o mercado, informou que já foi feito o levantamento topográfico e que as ruas vão ser definidas por áreas de negócio, pretende-se reordenar e dar uma lógica de funcionamento ao mercado, para isso pretendemos contratar uma equipa com experiência nesta área, que assegurem o cumprimento das novas regras.

Posto a votação foi o projeto de Regulamento de Feiras e Mercados aprovado por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção da deputada Maria José Guerreiro Chaves (CDU), a qual justificou a sua abstenção, quer neste ponto da ordem de trabalhos como no anterior, com o facto do só hoje ter recebido a documentação correspondente e consequentemente não ter tido tempo de ler os documentos.

4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:- Todas as intervenções do público tiveram lugar, excecionalmente, no primeiro período de intervenção aberto ao público.

MINUTA DA ATA

Nos termos do artigo 57º (quinquagésimo sétimo), da lei número 72/2013, de 12 de setembro, foram aprovadas em minuta todas as deliberações tomadas, para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, quando estavam presentes sete deputados.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

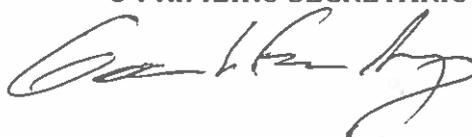
Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, eram zero horas e vinte e cinco minutos.

De tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que nos termos da lei vai ser devidamente assinada pelo Presidente e Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

Maria de Deus Freixa Amador

